

Resenha

O eterno fascínio de uma obra “abominável”

O Príncipe, de Maquiavel

Paulo Seixas

Psiquiatra

Mestre em Filosofia

UFRGS

De Principatibus, obra clássica de Niccoló Machiavelli (1469-1527), teria sido escrita em 1513, circulou como manuscritos por Florença e arredores em 1516 e teve publicação póstuma em 1531. Foi dedicada a Lourenço de Medici, duque de Urbino, principal líder político de Florença, cidade onde Maquiavel nasceu e viveu. No Brasil foi recentemente lançada uma nova e atualizada edição de *O Príncipe* (2010) pela Editora Penguin Classic Companhia das Letras, com Prefácio de Fernando Henrique Cardoso, Introdução de Anthony Grafton, Tradução de Mauricio Santana Dias e Notas de George Bull.

A Introdução, escrita por Anthony Grafton, escritor e professor da Princeton University, é um ilustrativo resumo histórico da crise, ou sucessivas crises políticas, que afetava a Europa em geral e a Itália e Florença em particular. A abundância de fatos que se precipitavam na época, com significativos desdobramentos sociais e culturais, parece justificar a tendência de Grafton em concluir que *O Príncipe* é, por excelência, fruto daquele rico e conturbado contexto. Nessa Introdução é afirmado que a obra de Maquiavel é um “produto característico de Florença” e que *O Príncipe* deve “*multissimo à sociedade e cultura peculiares em que seu autor cresceu, trabalhou, pensou e viveu sua própria crise política*”. Segundo esta ênfase, a obra seria produto de uma circunstancialidade histórica e dos acontecimentos que o autor presenciou e sofreu; enfim, fatos que moldaram seu

226

*O eterno fascínio de
uma obra
“abominável”:
O Príncipe, de
Maquiavel*

Paulo Seixas

pensamento e permitiram a elaboração de seus argumentos. Semelhante interpretação ocorreu, recentemente, a Peter Gay, biógrafo de Freud, quando tendeu a interpretar “O mal-estar na cultura” (*Das Unbehagen in der Kultur*), escrito em 1930, enquanto fruto de uma época caracterizada como “*dificilmente propícia para a afirmação do primado do intelecto, pois o espetáculo repugnante da demagogia política e a precariedade da economia mundial alardeavam a ascensão de irracionalidade*”. Conquanto tais conclusões contenham sua parcela de verdade talvez devamos, ao menos em parte, nos precaver de algum reducionismo velado nessa linha de raciocínio pois, tanto no Maquiavel pensador renascentista, quanto no Freud cientista contemporâneo, parece existir uma ordem de razões que transcende a circunstancialidade histórica e seria importante rastreamos, dentro dos respectivos textos, os pressupostos metafísico-naturalistas que justificam a argumentação. Aliás, *O Príncipe* de Maquiavel (século XVI), *o Leviatã* de Hobbes (século XVII) e a *Metapsicologia* freudiana (século XX), resgatam o universo das paixões humanas com o mérito de enfatizá-las exatamente naquelas áreas que, supunha-se, assegurada pelos cânones da “pureza” racionalista. Neste particular anteciparam-se ao pensamento de Hannah Arendt que, na nossa contemporaneidade, afirma com precisão: “*a hostilidade dos filósofos em relação ao corpo e às necessidades do corpo é muito conhecida e pode ser registrada pelo menos desde Platão*” e, “*tal hostilidade deve-se não só a falibilidade dos sentidos e a ingovernabilidade das paixões mas, principalmente, à continua e incorrigível natureza das nossas necessidades e dos nossos desejos corporais e suas respectivas exigências*”. Importa registrar que não seria através de idiossincrasias pessoais ou apenas fruto de circunstancialidades históricas que podemos entender a afinidade intelectual de pensadores tão distanciados no tempo e separados por contextos diversos. O lastro comum certamente nos conduz a um outro olhar, mais profundo e consequente, que transcende à temporalidade dos fatos.

O Príncipe obedece a um rigor demonstrativo baseado na duplicidade da natureza humana cabendo à racionalidade e ao engenho humano tirar proveito e usufruir das vantagens que esta condição é capaz de proporcionar e, neste particular, é ilustrativo quando, no capítulo XVIII, Maquiavel faz referência à lição dos escritores da Antiguidade dirigido aos governantes da época: “*Aquiles e tantos outros príncipes antigos foram deixados aos cuidados do centauro Quíron, que os manteve sob sua disciplina. Isso quer dizer que, tendo por preceptor um ser metade animal e metade homem, um príncipe deve saber usar de ambas as naturezas: e uma sem a outra não produz efeitos duradouros*”.

Na Apresentação, escrita por Fernando Henrique Cardoso, é lembrado com mais ênfase que “*o interesse próprio, a ambição, a inveja, a vontade de domínio*” são motivadores da ação dos homens e a vida política é “*um mundo que se explica por si mesmo, movido pelas ambições, forças e fraquezas humanas*”. Visto sob este ângulo talvez possamos fazer mais justiça ao pensamento de Maquiavel e justificar sua força imorredoura que transcende à circunstancialidade histórica. Trata-se, certamente, de uma obra maior o que o mero testemunho de uma época ainda que se assim o fosse, apenas isto, já teria extraordinário mérito. Não terá sido por olhar olhar metafísico, universal e perene, que poderíamos explicar o interesse sempre atual e os acirrados debates que o pensamento maquiavélico tem suscitado ao longo dos séculos?

A Tradução à cargo de Mauricio Santana Dias, é clara e **de leitura fluida**, permitindo ao leitor, ainda que não familiarizado com o pensamento de Maquiavel nem com o idioma original em que foi escrito, uma compreensão das complexas nuances da Obra.

A recente edição da Penguin Classic Companhia das Letras é ilustrada com notas de George Bull, escritor, jornalista e tradutor; um mapa geo-político dos anos 1500 facilita a visualização de uma Itália retalhada em repúblicas, principados e ducados permitindo uma melhor compreensão das lutas intestinas que ali se desenvolviam. A minuciosa cronologia da vida de Niccoló Machiavelli, Maquiavel, orienta o leitor a situar-se no complexo labirinto de acontecimentos da sua vida.

Talvez hoje, melhor que antes, possamos entender o persistente e ambivalente fascínio que sempre acompanhou o pensamento “maquiavélico” durante meio milênio. Como a figura trágica de Édipo que, de certa forma, é o destino de todos nós, *O Príncipe* fala de ambiguidades e angústias visceralmente humanas: a violência, a crueldade, a necessidade da figura carismática do Soberano, a ânsia desmensurada e voraz por *poder e mais poder* como diria Hobbes dois séculos após Maquiavel. Quiçá o ponto mais fascinante da obra seja um outro olhar na relação do homem com sua própria naturalidade; o trânsito “despudorado” em regatear com o elemento “imoral” instituindo-o no rol de uma positividade impensada para os habituais modos de pensar da cultura ocidental. Uma “purificação” do mal, sem vulgaridade ou banalização. Esta teria sido a grande proeza do pensamento “maquiavélico” que transcende aos tempos e ainda hoje nos surpreende com um misto de atração e perplexidade. A coragem de

pensar a natureza humana no seu em-si dilacerado em tendências opostas sem demonizá-la mas, ao contrário, aproveitando-a produtivamente, como se faz com a corrente impetuosa de um rio visando transformá-la em energia disponível.

De forma muito específica, na época tumultuada em que *O Príncipe* foi escrito, a política era o palco privilegiado onde se encenavam as paixões humanas numa ferocidade desregrada e cruenta. Os acontecimentos se precipitavam num fluxo de atuações que traduziam a espontaneidade do gesto primário, obedecendo aos impulsos mais primitivos de poder e concupiscência sugerindo o que Lacan, na nossa contemporaneidade, haveria de chamar de *império do gozo absoluto*. Maquiavel percebeu a necessidade de tirar proveito deste potencial inerente ao ser do homem. Inútil e imprudente seria reprimí-lo ou negá-lo. Seu procedimento “terapêutico” foi tentar entender a ordem natural das razões e, sem preconceitos ou escrúpulos indevidos, através de uma análise realista, transformar o primitivismo pulsional em elementos pensáveis, disponíveis à reflexão estratégica. Opera-se uma inversão do conceito de *Virtú* agora transfigurada em astúcia, capacidade de previsão e uso estratégico da força. Neste nível de raciocínio nem sempre o racional é moral e, assim, os conceitos da moralidade não entram no rol das suas cogitações. Como é afirmado no capítulo XV, “*é preciso que o Príncipe aprenda, caso queira manter-se no poder, a não ser bom e a valer-se disso segundo a necessidade*” pois “*o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons*”. A principal virtude do príncipe é fazer o que dita a *necessidade*, independente de padrões morais, afim de alcançar objetivos mais amplos e consequentes que assegurem a estabilidade e a ordem. Não há como desqualificar a preocupação de Maquiavel com a ordem e o bem-estar social e político como objetivos finais e recomenda que um príncipe não deve se desviar da conduta correta se possível. Tais considerações nos lembram Freud quando no *Mal-estar na Cultura* afirma que “*Eros e Ananké, Amor e Necessidade, se tornaram os pais da civilização humana*”.

Não havendo como negar a força da pulsão enquanto parte irrevogável da natureza humana, importa *fusioná-la*, como diria Freud, com Eros, princípio de vida e, assim, contornar o caráter errático do poder destrutivo. O ponto nuclear do raciocínio maquiavélico seria exatamente tomar sob seus cuidados o tema da “crueldade” ou da tendência destrutiva e refletí-la como elemento precioso, ou seja, uma força à serviço da própria preservação. Aqui reside a escandalosa *elegância* do seu raciocínio: conceder

cidadania aos elementos primordiais que o aparato civilizatório convencionou qualificar e discriminar como “perversos”. Maquiavel antecipava-se ao que Freud, quatro séculos após, na obra intitulada “O interesse científico da psicanálise” de 1913, haveria de afirmar: *“nossas mais elevadas virtudes desenvolveram-se como formações reativas e sublimadas de nossas piores disposições. A educação deve escrupulosamente abster-se de soterrar essas preciosas fontes de ação”*.

De forma mais aguda do que faria Hobbes no seu *Leviatã*, *O Príncipe* se aproxima de Freud nas suas graves considerações acerca do poder destrutivo do homem. Mais do que egoísmo, como pensou Hobbes, Maquiavel encara o “estado de natureza” na volúpia do domínio cruel e, ele próprio, segundo uma apreciação de Anthony Grafton, “parece se deleitar com a brutalidade que descreve os atos do temível César Bórgia, seu venerado e temido contemporâneo”. Sua obra revela uma sutileza psicológica: a duplicidade da natureza humana e o desafio em reconhecê-la e assumi-la. O animal usa sua ferocidade impiedosa em proveito próprio para defender-se e garantir sua sobrevivência, o homem pode e deve usar como referencial o “*ferocíssimo leão e a astuciosíssima raposa*”, como afirma no capítulo XVIII.

Talvez hoje, cinco séculos decorridos e utilizando o instrumental psicanalítico, possamos efetuar a crítica segundo a qual seu raciocínio conduz as massas governadas a um estado de “infantilização” através do culto idealizado da figura do Soberano. No capítulo XXI de *O Príncipe*, o autor louva as qualidades e a *virtú* de Fernando de Aragão, rei da Espanha, que “*sempre fez e urdiu grandes coisas, as quais mantiveram os ânimos de seus súditos continuamente suspensos, admirados e concentrados em seu êxito*”. O Soberano pode e deve tirar proveito de tudo para manter sua imagem idealizada.

Ao defender que o Príncipe deve se impor como um objeto de admiração e temor, utilizando todas as artimanhas necessárias, termina por sacramentalizar a “idealização” da figura mítica do líder através do mecanismo psicológico que hoje, segundo o jargão psicanalítico, chamariamos de “*identificação projetiva*”. As massas projetam seus ideais narcísicos, sua segurança pessoal e a própria pulsão agressiva na figura do chefe o qual, como um pai onipotente, fica detentor, por projeção, destas capacidades e tendências. Mantém-se, justifica-se e perpetua-se a polaridade do circuito senhor-escravo, líder-liderado, esvaziando conceitos como autonomia e cidadania, festejadas conquistas da nossa contemporaneidade. Seja como for, e este mérito temos

que reconhecer: o “abominável” maquiavélico resiste ao tempo como um grande legado do pensamento e nos fascina por sua crua honestidade. Seu justo despudor é o eterno alerta da nossa força e da nossa fragilidade.

Bibliografia:

ARENDT, Hannah. A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1993.

FRAILE, Guillermo. Historia de la Filosofía: del Humanismo a la Ilustración. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991. v. 3.

FREUD, Sigmund (1913). O interesse educacional da psicanálise. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro; Imago, 1974. v.13. 1974.

GAY, Peter. Freud: uma vida para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBBS, Thomas. Decameron physiologicum. In: The english works of Thomas Hobbes. London: Molesworth, 1966. v.7.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, Q; PRINCE, R. (ed.). The Prince. Cambridge, 1988

SKINNER, Quentin. Maquiavel. Porto Alegre: L&PM, 2010.